



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 48051.000075/2020-73

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras
Atualização: Outubro/2020

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de aeronaves remotamente pilotadas (Drones), aparelhos de GPS, equipamentos de geotecnia e materiais de uso auxiliar para apoio às ações de fiscalização de campo da Agência Nacional de Mineração (ANM), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Instrumento:

GRUPO / ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	1 AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA (DRONE) COM CÂMERA DUPLA (VISUAL E TERMOGRÁFICA) - Tipo I	191550	Unid	08
	11 TREINAMENTO DE USO E VOO EXPERIMENTAL DRONE TIPO I (mínimo de 4 horas para até 4 pessoas)	191550	Unid	01
2	2 AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA (DRONE) COM CÂMERA VISUAL 4k FULL HD - Tipo II	191550	Unid	12
	12 TREINAMENTO DE USO E VOO EXPERIMENTAL DRONE TIPO II (mínimo de 4 horas para até 4 pessoas)	191550	Unid	01
3	RECEPTOR DE SISTEMA DE POSICIONAMENTO GLOBAL POR SATÉLITE - GPS PORTÁTIL	108774	Unid	20
4	MEDIDOR ANALÓGICO HIDRAULICO DE COMPACTAÇÃO DE SOLOS IN SITU - PENETRÔMETRO	102954	Unid	20
5	MEDIDOR ELETRÔNICO DE NÍVEL D'ÁGUA PARA POÇO - PIEZÔMETRO	288197	Unid	20
6	SINALIZADOR REDONDO LUMINOSO AUTOMOTIVO	468311	Unid	40
7	LANTERNA LED -TÁTICA COMPACTA	22292	Unid	80
8	CANIVETE MULTIFUNCIONAL	298205	Unid	80
9	GARRAFA TÉRMICA ESPORTIVA PARA ÁGUA	468439	Unid	80
10	BANDEIROLA SINALIZADORA VEICULAR - MINERAÇÃO	19720	Unid	40

1.2. As especificações detalhadas de cada item estão contidas em relação anexa a este Termo de Referência, Doc. SEI (1556882).

1.3. Os itens 3, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 são exclusivos para participação de empresas enquadradas como ME/EPP, em atendimento ao disposto no art. 6º, do [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

1.4. Em caso de divergências entre as especificações dos códigos CATMAT e aquelas constantes na relação anexa, prevalecerá esta última.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (meses), contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.5.1. O termo de contrato poderá ser substituído por instrumentos equivalentes, tais como nota de empenho de despesa e ordem de fornecimento, conforme faculta o art. 62, da Lei 8.666, de 1993, desde que se faça referência expressa a vinculação ao Edital e ao Termo de Referência que regeram a contratação.

1.5.2. De qualquer forma, a minuta do futuro contrato integrará o ato convocatório do certame em obediência ao § 1º do dispositivo retro mencionado.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. A classificação dos bens encontra-se definida no Tópico "Natureza dos Bens" dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento no seguinte endereço:

5.1.1. Sede da Agência Nacional de Mineração (ANM) localizada no Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco N, Edifício CNC III, Brasília/DF, CEP: 70040-020.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, por Comissão de Servidores designadas para este fim, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15(quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.6. A(s) licitante(s) vencedora(s) dos itens 1 e 2 (AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS - DRONES), Tipos I e II, no momento da entrega dos equipamentos, em data previamente agendada, deverá promover treinamento de uso e realização de voo experimental em Brasília/DF, compreendendo

teoria e prática, com duração mínima de 4h (quatro horas), para um número máximo de até 4 (quatro) servidores da ANM, o qual deverá tratar dos seguintes assuntos, mas não se limitando:

- 5.6.1. Métodos de utilização das funções do modelo ofertado;
- 5.6.2. Componentes da aeronave;
- 5.6.3. Cuidados pré-voo;
- 5.6.4. Cuidados pós-voo;
- 5.6.5. Situações de emergência e como agir;
- 5.6.6. Requisitos do local de voo e decolagem;
- 5.6.7. Check-up dos itens de voo e navegação;
- 5.6.8. Voo experimental;
- 5.6.9. Treinamento prático de voo;
- 5.6.10. Legislação aplicável.

5.7. A definição de data, hora e local para realização do treinamento de uso e realização de voo experimental deverá ser definida de comum acordo entre Contratada e a Contratante.

5.8. Possíveis despesas com deslocamentos de instrutores (passagens, diárias de hospedagens, alimentação, transporte, entre outras) para realização do treinamento de uso e do voo experimental serão de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, devendo estarem inclusas nos preços ofertados, não cabendo nenhum pagamento adicional pelo órgão contratante a esse título.

5.9. As aeronaves utilizadas no treinamento poderão ser aceitas pela ANM, desde que sejam novas, de primeiro uso e estejam sem danos, em perfeito estado de uso e conservação, devidamente conferidas pela Comissão responsável pelo recebimento;

5.10. Somente após a realização do treinamento de uso e do voo experimental será dado recebimento definitivo das aeronaves.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

- 6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, acessórios sobressalentes e prazo de garantia;

7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, da relação da rede de assistência técnica autorizada, além do certificado de garantia do fabricante original em português e demais comprovações de produto homologado pelo INMETRO, ANATEL, ANAC ou outro órgão fiscalizador/regulador, conforme o caso.

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) servidores, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

$I = (6 / 100)$

I = 0,00016438

365

TX = Percentual da taxa anual =

6%

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGP-M exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

13.1.1. Bens para pronta entrega, com verificação do cumprimento das obrigações assumidas no ato de recebimento e previamente a realização dos pagamentos.

13.2. O prazo de garantia dos bens constante no certificado expedido pelo fabricante, e que acompanha o produto, tem prazo de vigência próprio, conforme definido nos requisitos da contratação e fixado nas especificações dos itens, Anexo a este Termo de Referência, Doc. SEI (1556882).

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. cometer fraude fiscal;

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.2.3. multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que

será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 8 (oito) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS

15.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas inerentes a esta contratação correrão à conta das dotações aprovadas em Leis Orçamentárias destinadas a Agência Nacional de Mineração consignados no Orçamento Geral da União, na forma abaixo:

- 16.1.1. Gestão: 32396 - Agência Nacional de Mineração;
- 16.1.2. Unidade: 323102 - Agência Nacional de Mineração - DF;
- 16.1.3. Ação: 215Z - Outorga, Fiscalização e Regulação da Mineração/Plano Orçamentário (PO): Outorga e Fiscalização da Produção Mineral;
- 16.1.4. Elemento de Despesa: 4.4.90.52.02 - Aeronaves (itens 1 e 2 - Drones Tipo I e II);
- 16.1.5. Elemento de Despesa: 4.4.90.52.04 - Aparelhos de Medição e Orientação (itens 3, 4 e 5 - GPS, Penetrômetro, Piezômetro);
- 16.1.6. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.27 - Material de Manobra e Patrulhamento (itens 6 e 7 - Sinalizador Redondo Luminoso Automotivo e Lanterna Led Tática);
- 16.1.7. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.42 - Ferramentas (item 8 - Canivete);
- 16.1.8. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.21 - Material de Copa e Cozinha (item 9 - Garrafa Térmica para Água);
- 16.1.9. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.44 - Material de Sinalização Visual e Outros (item 10 - Bandeirola Sinalizadora Veicular - Mineração).

17. ANEXOS

- 17.1. Anexo I - Estudo Técnico Preliminar (Doc. Sei 1511259);
- 17.2. Anexo II - Relação de itens com especificações detalhadas (Doc. Sei 1556882);
- 17.3. Anexo III - Minuta de Ordem de Fornecimento (Doc. SEI 1625670);
- 17.4. Anexo IV - Modelo de Termo de Recebimento (Doc. Sei 1865914);

Elaborado por:

Eliezer Senna Gonçalves Júnior

Coordenador da Equipe de Planejamento da Contratação
Divisão Executiva de Segurança de Barragens de Mineração

Márcio Correia de Amorim

Integrante Técnico/Usuário
Serviço de Segurança de Barragens de Mineração/MT

George Morais de Souza

Integrante Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação
Divisão de Gestão Nacional de Licitações

Álvaro Barbosa de Santana

Integrante Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação
Divisão de Gestão Nacional de Licitações

De Acordo:

Luiz Paniago Neves

Gerente de Segurança de Barragens de Mineração

José Jaime Sznclwar

Superintendente de Produção Mineral

Autoridade Competente da Área Requisitante

ALTERAÇÕES NA MINUTA PADRÃO AGU (Para análise da PFE):

Inclusão dos subitens 1.2 e 1.3 objetivando chamar a atenção do licitante para conhecimento do anexo com as especificações detalhadas dos itens:

1.2. As especificações detalhadas de cada item estão contidas em relação anexa a este Termo, Doc. SEI (1556882).

1.3. Em caso de divergência entre as especificações dos códigos CATMAT e aquelas constantes na relação anexa, prevalecerá esta última.

Inclusão dos subitens 1.4.1. e 1.4.2 para esclarecer quanto a necessidade, ou não, da celebração de contrato.

1.4.1. O termo de contrato poderá ser substituído por instrumentos equivalentes, tais como nota de empenho de despesa e ordem de fornecimento, conforme faculta o art. 62, da Lei 8.666, de 1993, desde que se faça referência expressa a vinculação ao Edital e ao Termo de Referência que regeram a contratação.

1.4.2. De qualquer forma, a minuta do futuro contrato integrará o ato convocatório do certame em obediência ao § 1º do dispositivo retro mencionado.

Inclusão dos subitens 5.6. a 5.10 objetivando regular a entrega das aeronaves drones pelos licitantes, que demandam treinamento de uso e voo experimental.

Inclusão do subitem 13.2 para alertar sobre a garantia dos bens



Documento assinado eletronicamente por **Eliezer Senna Gonçalves Junior, Chefe de Divisão Executiva de Segurança de Barragens de Mineração**, em 19/11/2020, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Correia de Amorim, Chefe de Serviço**, em 19/11/2020, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Álvaro Barbosa de Santana, Chefe de Divisão de Gestão Nacional de Licitações**, em 19/11/2020, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **George Moraes de Souza, Analista Administrativo (art. 1º da Lei 11.046/2004)**, em 19/11/2020, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paniago Neves, Gerente de Segurança de Barragens de Mineração**, em 19/11/2020, às 20:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **José Jaime Sznclwar, Superintendente de Produção Mineral**, em 20/11/2020, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.anm.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **1622214** e o código CRC **47060EE0**.

Referência: Processo nº 48051.000075/2020-73

SEI nº 1622214